

EXPANSÃO DO TURISMO, CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NO BAIXO SUL DA BAHIA

*Expansion of Tourism, Territorial Conflicts and Quilombola Resistance
in Baixo Sul da Bahia*

José Renato Sant'Anna Porto

Universidade Federal Fluminense, Brasil

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9085-8606>

E-mail: josersporto@gmail.com

Recepción: 14 de febrero de 2019

Aprobación: 28 de julio de 2019



Resumo: Este artigo busca compreender a emergência contemporânea de um conjunto de conflitos envolvendo comunidades quilombolas no Baixo Sul da Bahia, região situada no litoral nordestino brasileiro. Embora possam estar associados diretamente ao processo de especulação de terras ligado do avanço recente do interesse turístico na região, esses conflitos mantêm também uma relação intrínseca com uma série de práticas políticas históricas que mostram que essas comunidades vêm passando por constantes processos de expropriação do acesso à natureza e de permanência nos territórios que ocupam, sendo alijadas de suas práticas tradicionais. A história do Baixo Sul é marcada pela presença de um campesinato negro que, a partir de 2003, passou a se reconhecer também enquanto quilombola, acessando os canais institucionais abertos pelo governo federal para a garantia de direitos e às políticas públicas. Assim, embora o processo de luta pelo território seja de longa data, este artigo tem como foco o período mais recente, das últimas quatro décadas, objetivando principalmente apresentar conexões e elementos que ajudem a compreender os conflitos por território que hoje se apresentam na região. Para isso, será apresentado o caso de duas comunidades quilombolas, no intuito de exemplificar a contemporaneidade, a continuidade e a violência do processo de expropriação das comunidades rurais no Baixo Sul. Através de dados de pesquisa colhidos em trabalhos de campo, em materiais bibliográficos, notícias de jornal, bem como em outras fontes selecionadas, este artigo aborda uma discussão sobre o processo de especulação de terras e o avanço de empreendimentos turísticos, evidenciando as formas de apropriação do território, da população e da natureza, bem como as estratégias de resistências que as comunidades mobilizam no confronto com o avanço da indústria do turismo.

Palavras-chave: Brasil, Baixo Sul da Bahia, conflitos, turismo, território, quilombolas, violência.

Abstract: This article seeks to understand the contemporary emergence of a set of conflicts involving quilombola communities in the Baixo Sul da Bahia, a region located in the northeastern Brazilian coast. Although they may be directly associated with the process of land speculation linked to the recent advance of tourist interest in the region, these conflicts also have an intrinsic relationship with a series of historical political practices that show that these communities have been experiencing constant expropriation of access to nature and permanence in the territories, being excluded from their traditional practices. The history of the Baixo Sul is marked by the presence of a black peasantry that, starting in 2003, began to recognize itself as a quilombola, accessing the institutional channels opened by the federal government to guarantee rights and public policies. Thus, although the process of fighting for territory is a long one, this article focuses on the most recent period of the last four decades, aiming mainly to present connections and elements that help to understand the conflicts for territory that are present in the region today. To this end, the case of two quilombola communities will be presented in order to exemplify the contemporaneity, continuity, and violence of the process of expropriation of rural communities in the Baixo Sul. Through research data collected from fieldwork, bibliographical materials, as well as other selected sources, this article discusses the process of land speculation and the expansion of tourism ventures in the region, highlighting the forms of appropriation of territory, population and nature, as well as strategies of resistances that the communities use while facing the advance of the tourism industry.

Keywords: Brazil, Baixo Sul da Bahia, conflicts, tourism, territory, quilombolas, violence.

INTRODUÇÃO

A porção territorial hoje conhecida como Território Baixo Sul é composta pelos seguintes municípios: Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Marau¹. Com uma superfície de 125.642 km² e uma população de 379.384 habitantes², o Território Baixo Sul tem no município de Valença uma referência regional em termos de serviços públicos e privados, um polo urbano de porte médio, com 95.858 habitantes. Como mostra a Figura 1, o Baixo Sul é cortado no sentido Norte-Sul por duas estradas: a BR 101 e a BA 001. A primeira delas constitui-se como o principal caminho para chegar à Bahia para quem vem dos estados da região Sudeste do Brasil. Foi esta a rota que utilizei para a realização dos trabalhos de campo que deram origem a esta pesquisa³.

¹ Esta divisão territorial foi proposta pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário, no âmbito do também extinto Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

² Segundo as estimativas do IBGE, para o ano de 2018.

³ Este artigo é fruto da minha tese de doutorado “Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento” defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

versificada). Pelo clima úmido e pela floresta ainda conservada é comum o cultivo (e a comercialização, na beira da estrada, por exemplo) de uma variedade enorme de frutas como o cajá, o rambutam, o cupuaçu, a siriguela, o jambo, o dendê, a banana, dentre vários outros produtos de uma agricultura camponesa de base familiar.

Quando se chega à costa, nas áreas próximas aos mangues e estuários, a presença de atividades como a pesca e a mariscagem é também marcante. Ao longo de toda BA 001 é possível avistar as comunidades de pescadores, seus barcos e equipamentos de trabalho, bem como as várias bancadas que são montadas na beira da estrada para comercialização dos pescados, dos caranguejos, das ostras, siris, aratus e de outros tantos mariscos e frutos do mar que essas comunidades exploram economicamente. Somando agricultura, pesca e mariscagem (e, em menor medida, o artesanato) é possível afirmar que há uma diversidade significativa nas estratégias de reprodução socioeconômica dos camponeses-pescadores⁴ no Baixo Sul.

Mas, para além das áreas naturais e das práticas socioeconômicas dos camponeses, chama atenção também a dimensão histórica que marca a paisagem do território. Todas as cidades do Baixo Sul, particularmente aquelas que ficam no trecho da BA 001⁵, são bastante antigas (algumas do começo do século XVII), sendo que a ocupação dessas localidades nos remete ao início do período colonial. A arquitetura dos pequenos centros, as antigas vilas, bem como as imponentes igrejas, localizadas normalmente no ponto mais alto das cidades, compõem uma paisagem que chama atenção e que nos convida a uma incursão pela história da região.

Porque se você for pensar historicamente sobre as ocupações daqueles territórios ali, a história das comunidades, seja remanescente de quilombo, seja migrador rural, vai ser sempre a mesma. São comunidades que foram migrando, migrando e acharam uma terra fértil na beira de um rio, pararam e começaram a plantar. Aí você vai remeter 130, 150 anos atrás, no mínimo. Então se você for pelo viés histórico, aquilo lá é tudo um grande território quilombola (Entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Camamu-BA, fevereiro de 2015).

O trecho acima reflete de maneira bastante enfática uma característica de central importância na formação histórica do Baixo Sul: a presença massiva de uma população negra que remonta aos primeiros períodos da colonização do litoral nordestino. O tráfico de escravos africanos teve forte presença na região,

⁴ Especialmente nas áreas estuarinas, os agricultores são também pescadores artesanais.

⁵ Em particular, os municípios de Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Cairu, Taperoá e Valença.

particularmente a partir do século XVII, em função da ameaça holandesa nos arredores da capital Salvador, o que forçava o desembarque dos negros escravizados vindos da África nas chamadas Vilas de Baixo (Cairu, Camamu e Boipeba), passando pela segurança da fortaleza de Morro de São Paulo. Os escravos chegavam, sobretudo, para servir de mão-de-obra às *plantations* de cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, região que se conecta ao Baixo Sul.

O cultivo da mandioca, foi por um longo período, a principal atividade econômica da região, abastecendo as grandes fazendas de cana-de-açúcar do Recôncavo, nos séculos XVII e XVIII e, em um segundo momento, também as lavouras de cacau que passaram a marcar presença na região do Litoral Sul, ao longo do século XIX e XX, principalmente nos arredores das cidades de Ilhéus e Itabuna. É importante ressaltar que a força de trabalho escrava foi amplamente utilizada na região, o que indica a enorme quantidade de africanos que chegaram até a abolição, no final do século XIX. Parte dos negros escravizados que chegavam a Camamu eram levados para trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar ao norte. Outra parte era destinada para as pequenas e médias propriedades que iam se formando na região do Baixo Sul e que tinham por finalidade principal a produção de alimentos (De Vore, 2014), em particular a mandioca, que era ali processada e transformada em farinha.

A formação de quilombos na região do Baixo Sul é um fato também retratado em trabalhos historiográficos que versaram direta ou indiretamente sobre a região. Os estudos de Barrickman (2003) e dos textos mais recentes de Silva (2013) e de De Vore (2014) relatam casos de negros que fugiam do regime de escravidão e fundavam quilombos nesta região, seja em áreas remotas no interior do território, protegendo-se nas densas florestas dos vales, seja em áreas de difícil acesso em meio à rede de canais do estuário na Baía de Camamu. Segundo esses estudos, foram inúmeros os casos de formação de quilombos na região do Baixo Sul, fatos esses que a historiografia oficial não foi capaz de registrar adequadamente.

Na época em que a escravidão foi abolida, em 1888, a população negra no Baixo Sul já era abundante. Muitas das atuais comunidades rurais foram sendo formadas ao final do século XIX e início do século XX, fruto tanto dos agrupamentos quilombolas, como de ex-escravos alforriados que iam constituindo pequenos núcleos rurais e configurando ao longo de todo o território, a presença marcante de um campesinato negro (Gomes, 2015). Essa ocupação do território estabeleceu um regime localizado e interconectado de organização entre comunidades rurais, as quais, para além das relações entre si, integraram gradativamente

à economia local, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de produtos agrícolas, de pescados e de mariscos.

De maneira paralela à formação desses núcleos comunitários, houve também no início do século XX um novo processo de concentração fundiária e de formação de grandes fazendas, em sua maioria, para produção de cacau. Embora o regime de escravidão tenha acabado ao final do século XIX, é importante ressaltar que o trabalho assalariado nas fazendas de cacau se caracterizava pela exploração intensiva da mão-de-obra⁶. Na região do Baixo Sul, após o período de expansão e consolidação que se deu desde o início do século XX, há uma ruptura do arranjo político estabelecido pelo monocultivo do cacau.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, muitas fazendas começam a falir. Problemas econômicos, advindos da queda abrupta de preços do cacau brasileiro no mercado internacional, adicionados à presença avassaladora de uma praga conhecida como “vassoura de bruxa”, afetaram drasticamente o setor cacauero na Bahia. Como consequência, os latifundiários perdem também força política, o que permitiu uma ação mais assertiva dos sindicatos, em particular na luta pelo acesso às terras das fazendas que foram sendo progressivamente abandonadas na região do Baixo Sul, como mostra, por exemplo, o trabalho de Schmitt (2015).

É nesse contexto político e econômico que os trabalhadores passam a se organizar através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) municipais e passam a pressionar os grandes proprietários e reivindicar, num primeiro momento, melhores condições de trabalho e, em seguida, o direito à terra já abandonada pelos patrões. Se configuram no território iniciativas de luta pela terra visando a conquista de assentamentos de reforma agrária⁷. Dos anos 1980 em diante, foram criados no Baixo Sul quarenta e um assentamentos da reforma agrária, articulados pela pressão dos movimentos sociais para desapropriação das fazendas de cacau enquadradas como improdutivas. Vale aqui destacar que o campesinato que dá origem a esses assentamentos é, sobretudo, negro.

Para além dos assentamentos de reforma agrária, existiu também na região um processo mais recente de reconhecimento de comunidades quilombolas. Após a instituição do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, que regulamentou

⁶ A obra literária de Jorge Amado (1933) retrata, dentre várias dimensões, as relações de trabalho no regime estabelecido pelas fazendas de cacau durante o século XX no sul do estado da Bahia.

⁷ Esse conjunto de lutas populares presentes no Baixo Sul será também em seguida associado às articulações nacionais pela reforma agrária, organizadas durante a década de 1990 pelos movimentos sociais rurais no Brasil, em particular pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

o Artigo 68 da Constituição Federal e que dispôs sobre o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras, teve início por todo Brasil um movimento em defesa dos territórios quilombolas. Segundo os dados disponibilizados no site da Fundação Cultural Palmares (2018), a Bahia é o estado que apresenta o maior número de comunidades quilombolas, com 783 certificações (sendo 55 no Baixo Sul).

Porém, em todo o estado, segundo os dados consolidados pelo INCRA em 2015, apenas 17 comunidades possuíam titulação de seus territórios. Isso nos mostra que se, de um lado, a dimensão identitária tem sido fortalecida através do reconhecimento formalizado pelo governo federal, de outro lado, a dimensão fundiária, a demarcação do território das comunidades, ainda é um desafio pouco enfrentado, o que fragiliza sobremaneira a situação dessas comunidades. Ao fim e ao cabo, vemos que o processo de titulação de comunidades no Brasil tem sido extremamente restrito (embora de enorme importância para as comunidades nos casos onde foi efetivado). Ou seja, a questão agrária, numa perspectiva de redução da concentração fundiária e garantia do direito à terra e ao território, permanece estagnada ou caminhando a passos lentos. Em muitos casos, a pressão externa de grandes empreendimentos, do agronegócio ou do turismo, como no caso que veremos a seguir, atuam em outra temporalidade, muito mais acelerada.

É precisamente isso que vem ocorrendo no caso do Baixo Sul. Do início do século passado até meados das décadas de 1980 e 1990, era o avanço da fronteira agrícola do cacau que ameaçava as comunidades de posseiros nos vales e áreas interioranas. Já na primeira década de 2000, as novas áreas de interesse correspondem não mais às terras agricultáveis dos vales, mas aos trechos litorâneos, dos estuários e das praias, visados agora pela expansão da atividade turística na região, incidindo sobre os territórios de pescadores e quilombolas. Houve, portanto, um deslocamento do mercado de terras, do vale para a costa, dos fazendeiros, pra “novos” empresários do turismo (embora, como veremos, sejam em alguns casos as mesmas famílias envolvidas).

O desenvolvimento com base no turismo é o principal movimento de expropriação que avança hoje sobre as comunidades tradicionais no Baixo Sul, ameaçando seus territórios e os recursos naturais necessários para a sua reprodução socioeconômica. Se há trinta anos o Baixo Sul enfrentava um período de ruptura com a falência progressiva das fazendas de cacau, há vinte anos, assistíamos o ápice de um interessante processo de insurgências populares que culminou no estabelecimento dos assentamentos da reforma agrária na região. Há dez anos, começavam a despontar os primeiros investimentos logísticos e de infraestrutura

urbana ligados ao turismo, o que permitiu que, hoje, o Baixo Sul seja uma das fronteiras de expansão da atividade no litoral nordestino. Mas, como veremos, é também na última década que várias comunidades passaram a se reconhecer enquanto quilombolas e a organizar processos de resistência e luta pelos seus direitos territoriais.

ASPECTOS TEÓRICOS, TEMÁTICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Através de dados de pesquisa colhidos em trabalhos de campo, em materiais bibliográficos, notícias de jornal, bem como em outras fontes selecionadas, este artigo aborda uma discussão sobre o processo de especulação de terras e o avanço de empreendimentos turísticos, evidenciando as formas de apropriação do território, da população e da natureza, bem como os conflitos por território desencadeados do avanço da atividade turística no Baixo Sul. O arranjo político de desenvolvimento para a promoção do turismo foi analisado a partir da problematização do papel exercido pelas políticas públicas, das transformações e implicações recentes desta atividade sobre o território (terra e população) e tendo como referência uma análise crítica dos elementos que estão associados ao discurso de desenvolvimento promovido pelo turismo.

No caso do Baixo Sul, conforme veremos, o projeto político do turismo constitui-se como um arranjo ou uma configuração que estabelece conexões (nem sempre estáveis) entre instituições, dispositivos jurídico-normativos, instrumentos de políticas públicas, recursos financeiros públicos e privados, ações de marketing e interesses políticos de elites locais. Isso tudo atrelado e amalgamado por um discurso poderoso que toma o turismo como vocação e como um caminho inexorável para o desenvolvimento, não só no Baixo Sul, mas, também, em todo o litoral nordestino.

O turismo no Nordeste do Brasil é alçado ao status de um novo projeto de desenvolvimento a partir de meados da década de 1980, e, principalmente, durante os anos 1990 e 2000. A construção do turismo como a nova “vocação regional” perpassa o contexto político de abertura nacional ao capital estrangeiro que influencia e financia diretamente a elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), desenhado ainda em 1991 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e lançado, anos mais tarde, em 1994, durante o governo de Fernando Collor de Mello. Ao longo da década de 1990 e nos anos

2000, as políticas de turismo ganharam progressiva importância no cenário nacional e, especialmente, no Nordeste, assumindo novos discursos, novos contornos e abordagens, além de crescerem em tamanho, volume de recursos e abrangência, como é verificado, por exemplo, nos casos do PRODETUR II e do Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), ambos implementados já no âmbito do governo Lula, após a constituição do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003.

De todo modo, em que pese à centralidade do Estado em capitanear e induzir o processo de consolidação do turismo no Nordeste do país, os programas e políticas públicas na área do turismo são exemplos bastante claros de que a ação do Estado está diretamente relacionada a um processo de atração de capital privado (Cruz, 2006; Coriolano, 2006; Araújo, 2012) e que, portanto, não seriam políticas essencialmente “públicas”, cabendo a nós problematizar a própria ideia de interesse público em que elas se baseiam (Souza Lima, 2008). Há, portanto, uma necessidade de observar políticas públicas (e os processos que as mesmas promovem em termos de transformações do território) a partir do contexto político ampliado em que estão inseridas e do projeto político ao qual estão associadas.

As políticas públicas de turismo aqui estudadas não podem ser concebidas como iniciativas soltas ou desarticuladas, sendo sempre importante situá-las em conexões mais amplas e gerais, bem como às ligações que estabelecem com os atores nos territórios onde são implementadas. No caso do turismo, cabe ressaltar, de antemão, que o discurso do “desenvolvimento”, da “geração de renda”, da “sustentabilidade”, camufla tanto os conflitos e os impactos negativos dos grandes empreendimentos, como também a incidência de uma política neoliberal e de seus objetivos de atração de agentes financeiros internacionais.

Em consonância com esse contexto político e econômico estão, por exemplo, os investimentos estrangeiros nos grandes empreendimentos turísticos no Nordeste que, segundo Araújo (2011), perfazem mais 60% do total de recursos aportados. O desenvolvimento do turismo por meio da atração de investimentos privados vai consolidando um processo de ocupação e apropriação de territórios que visa, sobretudo, reinventar toda a costa do litoral nordestino sob a égide de uma nova fronteira de investimento do capital estrangeiro, a qual passa a ter como seu principal atributo comercializável a exploração das belas paisagens naturais. É também nesse sentido que nos alerta Cruz (2006) ao indicar que o turismo tem como característica peculiar a elitização e o “consumo do espaço”, o que se dá a partir de novos usos, novas prioridades, novas funcionalidades que são postas

em operação através do fomento turístico. Segundo Araújo (2011), o “levantamento realizado pela revista Vida Imobiliária em março de 2009, acrescido do material veiculado no Jornal Valor Econômico, dá conta do tamanho deste mercado: dos 53 projetos listados (resorts e grandes empreendimentos imobiliários), trinta e oito deles se encontram no Nordeste e juntos somam uma área superior a 150 milhões m²” (Araújo, 2011: 212). Tudo é estruturado com base em uma incontestável promessa de “desenvolvimento” que justifica e autoriza toda sorte de ações sobre os territórios litorâneos e sua população.

Ainda lidando com diferentes aspectos relacionados ao contexto político, mas focando uma dimensão mais localizada, outro fator importante de ser considerado é que, no caso do turismo, embora a abertura para o investimento de capital estrangeiro na atividade turística seja central e estruturante para a consolidação dos novos empreendimentos na costa nordestina, esse processo não ocorre à revelia dos interesses das elites políticas locais. A presença do poder local, de caráter elitista e conservador, ainda é muito marcante no Nordeste e parece se reinventar através do controle e apropriação das áreas de interesse turístico, o que se configura como um elemento central no contexto contemporâneo de expansão desta atividade.

Ou seja, a participação dos representantes de elites locais no arranjo do projeto político do turismo se dá, particularmente, na viabilização dos “ativos fundiários” e também nas costuras políticas necessárias à implantação desses empreendimentos. Exemplo disso, conforme veremos no caso específico do Baixo Sul, são as articulações feitas por políticos que, por exemplo, articulam a garantia de licenças ambientais necessárias para o funcionamento de empreendimentos turísticos, ou influenciam diretamente para “esquentar” os documentos de posse ou propriedade através das relações que historicamente estabelecem com os cartórios locais.

A violência nos processos de aquisição de terras é um fato bastante recorrente na história dos grandes empreendimentos turísticos no Nordeste. Casos de grilagem de terras, de expulsão e ameaças às comunidades tradicionais, aparecem como elementos praticamente constituintes da prática política dessas elites locais, que agem em consonância a todo um arranjo político (público-privado) de promoção do turismo. Essa dimensão será explorada na descrição dos casos estudados, abordando as especificidades desse arranjo presente em diferentes áreas do Nordeste, e também marcantes no caso dos empreendimentos turísticos, imobiliários e de infraestrutura implantados no Baixo Sul. O funcionamento e a estruturação da atividade turística nos moldes em que foi pensada para o litoral nordestino requer amplos

investimentos em infraestrutura para receber os visitantes (em grande parte estrangeiros), o que implica transformações acentuadas no território, particularmente no que diz respeito à urbanização de pequenos municípios e vilas situadas ao longo do litoral, anteriormente caracterizados por atividades tradicionais como, por exemplo, a pesca artesanal, o extrativismo e a mariscagem.

Uma das mais perversas consequências da “turistificação” (Coriolano, 2006; Cardel, 2015), desses territórios é justamente a destruição ou a apropriação privada dos recursos naturais, muitos deles de uso comum, que têm enorme centralidade na reprodução socioeconômica das comunidades locais. Uma vez inviabilizadas as atividades produtivas tradicionais, a população dessas comunidades é por vezes transformada em mão-de-obra para os empreendimentos turísticos e imobiliários que vão se instalando em seus territórios. Apesar disso, o discurso que prevalece proclama o turismo como uma atividade geradora de “desenvolvimento”, de “emprego” e “renda” para essas populações, encobrendo a forma perversa e expropriatória em que esse processo ocorre. Ou seja, a construção do turismo, nos moldes em que foi implementado no litoral nordestino implica, antes de tudo, na desconstrução e na “reinvenção” dos territórios e de suas populações. Enquanto a prática e a implementação das ações de desenvolvimento do turismo tendem a desencadear conflitos – na medida em que geram contradições estruturais, que inviabilizam a existência das comunidades tradicionais nos seus territórios – por outro lado, o discurso do desenvolvimento do turismo parece ter como objetivo velar os efeitos negativos dessas iniciativas.

É precisamente sobre essa dimensão de desconstrução, de negação ou de reinvenção das comunidades tradicionais e de suas práticas sociais, econômicas e políticas que este artigo pretende também centrar esforços. Tal empreitada analítica não se configura como tarefa muito simples, dado que a atividade turística, nos moldes em que se consolidou, esteve sempre envolta por elementos discursivos que lhe atribuem uma aura positiva, fundamentando as transformações geradas por essa atividade econômica através de um discurso voltado à promoção do “desenvolvimento”. Cabe-nos, portanto, trazer para o plano analítico, a partir da observação empírica de casos concretos, essas estratégias discursivas, tencionando seus conteúdos, suas categorias, suas formas e os canais por meio dos quais são postas em prática. É importante lembrar que tais discussões estão ancoradas em uma interpretação crítica do discurso do desenvolvimento (Escobar, 1995), bem como de suas estratégias de validação e das formas como o mesmo se reproduz, retórica e semanticamente, através das políticas públicas (Shore, Wright, Però, 2011). Para isso apresento um texto de caráter descritivo e também analítico

que reflete o resultado das pesquisas de campo realizadas junto a comunidades, que se encontram em situação de conflito em função da expansão da atividade turística. Mesclando dados etnográficos, pesquisa documental e revisão bibliográfica, o texto assume o propósito de verificar, a partir da observação empírica, os efeitos concretos do projeto de desenvolvimento do turismo.

A EXPANSÃO DO TURISMO NO BAIXO SUL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS

Depois da abertura da estrada de Itacaré, houve uma valorização da terra ali absurda. Foi entre 2010 e 2011, mais ou menos, que começou isso. Porque antigamente a travessia era de barca, você tinha que ir até Maraú. Era difícil chegar lá de carro. Depois eles botaram uma ponte e agora em menos de uma hora você vai de Camamu a Itacaré. Então aumenta o turismo de uma forma absurda e as pessoas começam a passar por ali, ver aquela terra toda, Mata Atlântica, as praias, né? Aí começa a chegar as figuras. Tem um lá que eles chamam de “compratudo”, que é uma cara de São Paulo que foi comprando desde Ilhéus e subindo (...). Então, você tem uma série de processos que vão chegando na região e que vão se deparando com os territórios das comunidades (Entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Camamu-BA, agosto de 2015).

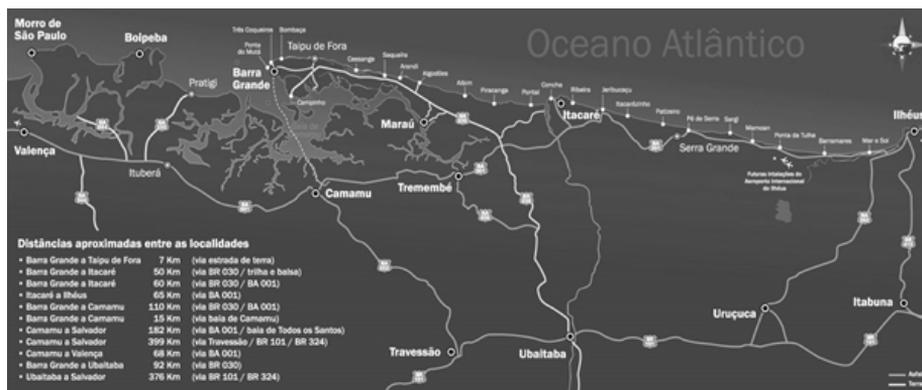
O trecho acima ilustra como o Baixo Sul vem sendo abruptamente transformado pela expansão do turismo na última década. A ampliação da BA 001, ligando Camamu à Itacaré, foi um dos principais elementos indutores da atividade turística na região. Trata-se de um projeto relacionado diretamente ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), uma política pública de fomento ao turismo e que cumpre um papel estratégico para atração de investimentos privados. É cada vez mais comum a presença de pessoas e empresas interessadas em adquirir propriedades, particularmente nas áreas mais valorizadas, que ficam próximas às praias ou em pontos estratégicos na região estuarina, próximos à BA 001, que passam a ser utilizados como locais de embarque e desembarque para os locais de interesse turístico. O avanço do turismo configura uma nova e contemporânea corrida por terras no Baixo Sul.

Como consequência direta desse processo de expansão da atividade turística e da especulação fundiária a ela associada, observa-se a ação de grupos de investimentos, ou mesmo de indivíduos-empresendedores que se voltam para os territórios de comunidades tradicionais. Esse avanço configura um cenário marcado por disputas territoriais, grande parte envolvendo o território de comunidades quilombolas, que, em associação a redes de apoio, universidades e movimentos sociais, vem desencadeando um processo de luta e resistência.

As pesquisas de campo realizadas no território, especificamente nas comunidades de Graciosa e Batateiras, situadas nos municípios de Taperoá e Cairu, respectivamente, possibilitaram um diálogo estreito com essa rede de apoio e com os

moradores, o que contribuiu para melhor compreender as expressões de conflito do turismo no Baixo Sul. Coletei também informações de fontes bibliográficas e de outros materiais, tanto sobre as características e formas de organização das comunidades, como também sobre o histórico dos conflitos, identificando as estratégias que os “fazendeiros” ou “empreendedores” (para usar duas categorias do vocabulário dos moradores locais) mobilizam para pressionar os territórios.

FIGURA 2 - MAPA RODOVIÁRIO DO BAIXO SUL E LITORAL SUL



Fonte: Site do Guia de Turismo e Viagem de Salvador, Bahia e Nordeste.

Especialmente em Graciosa, no tempo que estive lá, hospedado nos barracões da área coletiva da comunidade, partilhei com os moradores o receio de que, a qualquer momento, algo mais sério e violento poderia acontecer. A descrição do caso adiante explicará isso em maiores detalhes. O que não faltam são histórias (antigas e recentes) envolvendo homens armados, truculência policial e outras formas de violência para com os moradores dessas comunidades. O espaço onde fiquei alojado era justamente a área que estava sob posse dos empresários e que a comunidade havia retomado há menos de um mês. Mas, naqueles dias, a euforia e a empolgação da luta ainda eram maiores que o medo de que algo ruim pudesse acontecer.

Era notável e me sensibilizava perceber, nas conversas à noite, ao pé de uma fogueira após as refeições, o quanto a identidade da comunidade (ou a própria ideia de comunidade) se fortalecia através do conflito e da necessidade de lutar pelo território. Como tentarei detalhar adiante, “ser quilombola”, “ser de Graciosa” e “ser de Batateiras” parecia assumir outra conotação, vinculando ainda mais as pessoas ao seu território. Era o território e a própria comunidade se imaginando e se representando através da “práxis do conflito” (Cruz, 2013), fortalecendo o sentimento

de pertencimento daqueles que estão em luta. A título de “guia de leitura” das próximas páginas, gostaria de chamar atenção aqui para três dimensões: (i) a articulação entre poder político local e a expansão capitalista da atividade turística; (ii) a organização das resistências e lutas pelos direitos territoriais; e (iii) as ideias de empreendedorismo, de desenvolvimento e de pobreza que conformam o discurso do turismo e que são fortemente rebatidas pelas comunidades locais. Ao final da apresentação dos casos, tentarei retomar esse debate.

O CONFLITO NA COMUNIDADE DE BATATEIRAS

A comunidade de Batateiras, foi certificada no ano de 2009, pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola. Está situada na Ilha de Tinharé, próxima a Morro de São Paulo, um dos pontos turísticos mais importantes do litoral nordestino. O conflito na localidade teve início quando a área da comunidade passou a ser vista como local em potencial para ampliação do acesso às praias de Morro de São Paulo. Desde então, o cais de Batateiras passou a ser um espaço desejado pelos empresários do setor turístico para a construção de um novo porto de chegada à Ilha e, também, de novos empreendimentos turísticos, que estariam sendo capitaneados por grupos de investidores estrangeiros e articulados por um conhecido político local, Manoel Palma Che.

Além do avanço do turismo, a área da comunidade de Batateiras vem sendo pressionada também por empreendimentos ligados à aquicultura e à carcinicultura, atividades que incorrem em sérios riscos para o ecossistema local. Na realidade, essas atividades se configuram como uma estratégia de ocupação das terras com alguma atividade “produtiva”, para, em seguida, associá-la ao mercado de terras ligado ao turismo. Apesar dos moradores alegarem que a comunidade historicamente vem sendo pressionada pela especulação imobiliária, é a partir do ano de 2007, que Batateiras começa a sofrer as primeiras tentativas de expulsão mais sérias, promovidas por Manoel Palma Che Filho, conhecido como “Maneca Che”, filho do ex-prefeito do município de Cairu.

Maneca Che, cuja família é detentora de grandes fazendas na região, afirma possuir documentos que comprovam posse da área onde está situada a comunidade de Batateiras e vem forçando os moradores a deixarem suas terras, inclusive através de ações de intimidação e violência física. Desde então, a comunidade de Batateiras vem organizando um processo de resistência, articulando apoiadores e movimentos sociais, com destaque para o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e para o Conselho Pastoral da Pesca (CPP). Foi inclusive através

dessas parcerias que se iniciou o processo de certificação de Batateiras como comunidade quilombola.

Mesmo tendo garantido a certificação, a comunidade ainda aguarda a titulação de seu território, em um processo que corre no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Desde que a comunidade foi certificada e os estudos para a titulação foram iniciados, as pressões sobre as terras de Batateiras foram intensificadas. O empresário Maneca Che e outros fazendeiros, que dizem possuir terras na área da comunidade, vêm sistematicamente promovendo ações de ameaça e intimidação. Contam os moradores que as investidas de Maneca Che quase sempre ocorreram com a presença de policiais militares à paisana e outros capangas armados.

Para além das intimidações, o conflito na comunidade é marcado pela destruição de dezenas de casas e do píer que servia de ancoradouro para as embarcações dos moradores, prejudicando o acesso ao mar e à atividade de pesca artesanal. Atualmente a comunidade vem buscando visibilizar o conflito com o dito empresário (o qual os moradores chamam de “fazendeiro”). A principal estratégia tem sido organizar ações para pressionar o INCRA no intuito de acelerar o processo de titulação (o que fortaleceria legalmente a manutenção do território quilombola) e a promoção de resistências no Conselho de Meio Ambiente do município de Cairu, que tem agido de forma complacente com os empreendimentos em Batateiras, através da expedição de licenças ambientais para as obras.

Como vimos acima, as áreas litorâneas e estuarinas do Baixo Sul, onde está localizada Batateiras, passaram por um período relativamente longo sem grandes pressões sobre as comunidades rurais e de pescadores. É somente em meados de 1990, que essa região específica passa a ser alvo de um novo fluxo de interesse, associado inicialmente a uma expectativa de expansão da atividade turística. Mesmo sem haverem, ainda, investimentos diretos e um fluxo de capital voltado para a costa do Baixo Sul, ocorre um processo inicial de especulação fundiária na região. É nesse momento que várias pessoas influentes, “famosos”, grandes proprietários, políticos locais e até mesmo estrangeiros, já visualizando o futuro e o avanço da exploração turística de toda a costa do Baixo Sul, iniciam um intenso processo de medição e privatização de terras, que até então vinham sendo ocupadas pelas comunidades tradicionais.

Por alguns anos, esse novo fluxo de pressão e investimentos não se expressou de forma muito violenta em relação às comunidades na Ilha de Tinharé, onde está Batateiras, sendo que a maioria das comunidades continuou a viver em suas

terras sem enfrentar muitos constrangimentos. Em alguns casos pontuais, os “novos proprietários” recorreram ao cercamento efetivo das áreas e ao estabelecimento de algumas atividades pouco custosas em termos de trabalho e investimento como, por exemplo, as grandes fazendas de coco que marcam a paisagem local. Essas fazendas configuram-se como uma dupla estratégia relacionada ao processo de especulação imobiliária. Ao mesmo tempo em que “legitimam” a ocupação das propriedades com alguma atividade econômica e marcam a “presença” do “proprietário” na localidade, funcionam também como uma forma de garantir os ativos fundiários necessários para a realização futura de grandes empreendimentos turísticos e imobiliários que, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, começaram a chegar com mais força na região.

Na comunidade de Batateiras, vivem 35 famílias que mantêm elevado grau de parentesco entre si, assim como fortes vínculos socioculturais e também de trabalho que reforçam as relações existentes entre as famílias, as quais vivem sobretudo da pesca artesanal e da mariscagem (Esteves, 2008). Na comunidade não há escola e posto de saúde. Para acessar tais serviços os moradores necessitam se deslocar até Garapuá, a vila mais próxima. Este acesso pode ser feito através de um trator disponibilizado pela prefeitura, apenas para o transporte escolar, poucas vezes ao dia. Na maioria das vezes, os moradores fazem este trajeto a pé, levando de duas a três horas caminhando entre Batateiras e Garapuá.

Não há em Batateiras serviço de saneamento básico. As casas são construídas com materiais simples, como a taipa e a madeira. O serviço público de energia elétrica foi estabelecido na comunidade apenas em 2013, mas ainda se encontra com acesso precário. A água consumida na comunidade é proveniente de fontes naturais, as quais vêm sendo ameaçadas pela pressão dos empresários e fazendeiros e pelas cercas instaladas nos arredores da comunidade. Pode-se dizer que a comunidade de Batateiras vive em um contexto de “isolamento relativo” (Esteves, 2008), dada a precariedade do transporte marítimo que liga a comunidade à Cairu e à Valença. As linhas de “lanchas rápidas”, além de manterem preços voltados para os padrões dos turistas e visitantes, não passam pelas proximidades de Batateiras.

A ocupação de Batateiras, segundo a Fundação Cultural Palmares, data de mais de um século e se configura como um típico caso de posseiros que foram ao longo do tempo se estabelecendo na localidade, principalmente por conta do acesso ao mangue e às fontes permanentes de água. É importante ressaltar que a comunidade de Batateiras já ocupou, no passado, outras regiões da ilha de Tinharé e que, como relatam os moradores, de tempos em tempos, de geração em geração,

a comunidade migra para uma área que melhor atenda às suas necessidades dentro da ilha (Santos, 2012). Dessa forma, o território de Batateiras compreende não apenas a localidade onde hoje estão instaladas as casas de moradia, mas sim uma porção mais ampla da ilha, abarcando áreas mais distantes que a comunidade utiliza tradicionalmente para práticas de extrativismo, pesca e mariscagem.

Ocorre que, a partir de 2007, a comunidade passou a ser pressionada mais incisivamente pelo avanço do turismo na região. É neste ano que ocorre um episódio mais grave, envolvendo o empresário Manoel Palma Che, já apresentado acima. Alegando possuir documentos que indicariam ser ele o “proprietário” das terras onde está situada Batateiras, o referido político e empresário inicia um período de constantes visitas na comunidade para pressionar os moradores a deixarem o local. Desse momento em diante, não só as casas, mas também as áreas que os moradores utilizavam para alguns cultivos agrícolas, para atividades extrativas (piaçava, dendê, etc.) e para acesso aos pontos de pesca e de coleta de mariscos passaram a ficar ameaçadas e em risco.

Após essa primeira interação, a comunidade, embora acuada, ficou sem muita possibilidade de reação frente a tal acontecimento. Durante o trabalho de campo, fui recebido por um jovem morador de Batateiras, pescador e importante liderança da comunidade. Contou-me ele que, “em 2007 nós estávamos lá, quando de repente chegou um fazendeiro que se dizia ser dono daquela área. A gente ficou tudo sem saber, ninguém entendia nada. Ninguém teve acesso à educação, imaginem aos direitos jurídicos”.

Diante da repercussão do caso, uma rede de apoio foi se configurando para apoiar os moradores de Batateiras, composta por movimentos sociais (Movimento de Pescadores e Pescadoras - MPP e Conselho Pastoral da Pesca - CPP), por organizações de assessoria (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia – AATR) e por grupos de universidades (Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade do Estado da Bahia - UNEB). Intensificaram então as pressões da comunidade com relação ao processo de certificação de Batateiras como uma comunidade quilombola, junto à Fundação Cultural Palmares (FCP). Vale recordar que na região do Baixo Sul as certificações de muitas comunidades quilombolas foram realizadas através do oportunismo das prefeituras locais, no interesse de captar recursos adicionais e sem nenhum um processo mais aprofundado de diálogo em torno da categoria quilombola com as comunidades rurais. Mas o caso de Batateiras foi diferente e a comunidade não foi incluída neste processo inicial de certificação ocorrido na região. Como um dos personagens envolvidos é filho de um político influente na região e ex-prefeito de Cairu,

era de se esperar que a certificação da comunidade não fosse realizada por intermédio dos representantes do poder público local. À margem desta primeira onda de certificações, Batateiras foi estimulada pelos novos parceiros a entrar com o processo junto à FCP, o que foi concretizado no final de 2009⁸.

É importante, também, reforçar que esse processo de organização da comunidade teve papel central na formação e no fortalecimento da identidade quilombola em Batateiras, o que culminou em uma significativa coesão política dos moradores. Como assinalado no trabalho de Sanches (2010) e também observado no trabalho de campo realizado na comunidade, os moradores de Batateiras costumam reiterar um lema que assinala a importância desta construção identitária no processo de resistência em questão: “moro em Batateiras, sou quilombola e estou aqui para o que der e vier”.

O contexto de expansão do turismo está diretamente relacionado ao interesse sobre as terras de Batateiras, no sentido típico de um processo de especulação imobiliária. A comunidade relata que a intenção de Palma Che é construir um novo porto de desembarque de passageiros, que consistiria em uma alternativa de acesso à Morro de São Paulo e que serviria também como uma forma de incentivo à exploração turística de outros trechos da Ilha de Tinharé, como as praias próximas à Garapuá.

O histórico do conflito em Batateiras é recheado de graves episódios de violência. Segundo relato de uma liderança da comunidade, outro episódio marcou Batateiras “o tempo passou e veio o dia 09 de setembro de 2010. É um momento que nós nunca vamos esquecer. Eles chegaram lá apontando armas. Imagine estar na sua comunidade tranquilo e aí entraram pessoas armadas, botando armas na sua cabeça. Minha mãe foi vítima. Minha mãe levou um tapa, isso eu nunca vou esquecer. Imagine você ver isso tudo e você não poder fazer nada”.

Mais detalhes deste fato podem ser verificados no trecho abaixo, extraído da carta elaborada pelo Conselho Quilombola do Estado da Bahia:

Manoel Che Filho invadiu a comunidade com mais 12 homens, entre eles três policiais à paisana. Eles chegaram às 7h da manhã e ficaram até às 15h. Nesse período de 8h que permaneceram na comunidade, derrubaram mais três casas, atiraram várias vezes pra cima, colocaram resolveres na cabeça de mulheres e adolescentes, xingaram os moradores, colocaram a liderança da comunidade, numa roda com 12 homens e bateram no seu rosto, ameaçando sua vida, na frente das crianças da comunidade [...].

⁸ O processo de certificação da Comunidade de Batateiras (01420.003055/2009-30) na Fundação Cultural Palmares é de 10 de novembro de 2009.

O episódio mencionado acima, repleto de momentos de violência, ocorreu apenas dois meses depois da comunidade ser certificada pela Fundação Palmares e ter dado entrada no processo de titulação junto ao INCRA. Trata-se, claramente, de uma retaliação por parte de Palma Che. É importante também reforçar o possível envolvimento (mesmo que extraoficial) da polícia militar, uma vez que foi mencionada a presença de três policiais militares no atentado contra a comunidade. Os moradores relataram que é comum Palma Che aparecer na comunidade acompanhado por policiais à *paisana*, sempre no intuito de gerar algum transtorno, provocar e intimidar os moradores.

Mesmo após a divulgação do caso na mídia e a realização de uma audiência pública, as investidas de Manoel Palma Che na comunidade de Batateiras não cessaram. Em maio de 2011, o “fazendeiro” novamente retornou à Batateiras acompanhado de sete homens. Como descreve a carta do Conselho Quilombola do Estado da Bahia, nesta ocasião “ele e seu grupo fizeram a derrubada de mais uma casa na comunidade e a ameaçaram voltar com um grupo de criminosos para aterrorizar e levar tudo abaixo nos dias seguintes”. Vê-se que, mesmo já em investigação criminal, em função dos crimes cometidos em Batateiras em 2010, Palma Che não se intimidou e continuou pressionando e violentando brutalmente os direitos da comunidade.

Deste período em diante, os moradores contam que Palma Che retornou periodicamente à comunidade para tentar convencer a população a deixar a área, utilizando diversos expedientes de persuasão, que combinados com as ações violentas, coagiram os moradores. Contam que após ter derrubado diversas casas na comunidade, o fazendeiro ofereceu ainda novas casas para as pessoas nos municípios de Cairu e Valença. Alguns moradores até chegaram a se mudar, mas por falta de ocupação e trabalho, retornaram à comunidade de Batateiras e hoje moram em barracos improvisados, ao lado de onde antes estavam suas antigas casas.

Outra dimensão atual do conflito tem relação com a crescente precarização dos serviços públicos e com a falta de investimento e de acesso a políticas públicas básicas (saúde, educação, saneamento, etc.) na comunidade, o que parece também corroborar com o processo de discriminação e negação dos direitos dos moradores. Batateiras está há anos abandonada pela prefeitura de Cairu, que parece não ter interesse em oferecer alternativas para a manutenção da comunidade em seu território, uma vez que são os próprios políticos locais que estão por trás dos investimentos que pretendem retirar a comunidade de seu território.

O depoimento de uma liderança de Batateiras, proferido durante um seminário que participei em 2015, em Valença, descreve em detalhes essa situação:

Na minha comunidade é assim: lá tem pescadores, agricultores e (...) onde essas pessoas vão trabalhar? Na mata e no rio. Aí eles chegam e fazem o que? O que que eles usam para querer envolver as comunidades? Eles falam: vocês são comunidades pobres e vocês precisam de renda. Eles chegam com os empreendimentos, dizendo que aquilo ali vai gerar trabalho. Mas eles vão colocar o empreendimento nas áreas que nós usávamos para trabalhar. Em Garapua eles vão colocar o empreendimento nas áreas em que o pessoal pega o guaiamum. Aí eles dizem: Não, mas isso aqui vai gerar trabalho. Certo, durante três anos pode até gerar trabalho. E depois? Será que esse dinheiro que esse pessoal trabalhou por durante três anos eles vão conseguir viver pelo resto da vida? E seus filhos e seus netos, vão viver aonde? (Morador e liderança da comunidade de Batateiras, entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Valença-BA, maio de 2015)

A estratégia discursiva usual no contexto de defesa dos empreendimentos turísticos, reveste-se em promessas abstratas como “trabalho”, “renda” e “desenvolvimento”, bem como estigmatiza as comunidades tradicionais como “pobres”. Mas, como pode ser observado no trecho acima, as lideranças de Batateiras estão mobilizadas e atentas para lidar com esse processo complexo que objetiva expropriar seu território, suas formas de trabalho e seus direitos. Como também alerta outra liderança, “hoje na nossa comunidade tem um novo empreendimento querendo entrar, mas nós não vamos aceitar. Nós vamos resistir, assim como nós resistimos da primeira vez. Não vamos deixar acontecer, a gente vai usar a força, se preciso a força física para não deixar acontecer”.

Esse esforço de resistência, que conta com o suporte do MPP e da AATR, vem promovendo diversas ações no sentido de pressionar a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA a dar seguimento no processo de titulação do território quilombola de Batateiras. A garantia do território deverá contribuir de forma determinante para a permanência dos moradores e para o acesso aos demais direitos da comunidade, como políticas públicas de educação, saúde, transporte, entre outras. Levando em conta (i) a morosidade em que operam essas instituições públicas envolvidas com questões fundiárias, (ii) a truculência e a violência em que operam as elites políticas locais, e (iii) a rapidez com que avançou o turismo nos últimos anos na região, é importante destacar que o caso de Batateira não é um caso isolado e situações muitos similares acontecem em outras comunidades no Baixo Sul. Os movimentos sociais, embora tenham intensificado sua atuação na região, infelizmente não dispõem de quadros suficientes para acompanhar todos os casos de conflito. Atualmente, como pude observar em Batateiras e também em Graciosa (que será apresentado adiante), são os próprios moradores dessas comunidades que estão buscando promover articulações regionais, no sentido de construir politicamente a categoria quilombola/pescador artesanal, lutando em defesa dos territórios ameaçados.

O CONFLITO NA COMUNIDADE DE GRACIOSA

A comunidade de Graciosa, por sua vez, está situada na divisa entre os municípios de Taperoá e Valença, às margens da BA 001, na encosta do Rio Graciosa. Assim como no caso de Batateiras, desde 2007, a comunidade vem enfrentando uma série de conflitos em função do avanço de empreendimentos em seu território, também relacionados à expansão de equipamentos de infraestrutura voltados para o turismo. Composta atualmente por 154 famílias, a comunidade tem na pesca, na mariscagem e no extrativismo suas principais atividades socioeconômicas. Foi certificada como quilombola em 2008⁹, pela Fundação Cultural Palmares e, após a aproximação com o Movimento de Pescadores e Pescadoras, vem se organizando de modo a resistir e enfrentar os conflitos que se instalam em seu território.

Entre 2003 e 2007, foi construído na área do território da Graciosa um empreendimento de responsabilidade da empresa Aquicultura Grupo Graciosa LTDA, pertencente a José Alberto Soares. Esse empreendimento teve como proposta a criação de tilápias e ostras no rio de Graciosa e causou diversos impactos para a comunidade como, por exemplo, a restrição de acesso ao rio pelos moradores, o desmatamento de área de extrativismo, o desequilíbrio ecossistêmico e o aterramento de fontes de água utilizadas tradicionalmente pela comunidade. Assim como descrito com relação ao caso de Batateiras, essas atividades produtivas, para além dos impactos ambientais que causam, podem também ser compreendidas como uma estratégia de ocupação inicial do território por agentes capitalistas, que após um processo de especulação imobiliária, se encumbem de transferir essas áreas para o mercado de terras ligado ao turismo e a todo aparato logístico a ele associado.

É possível observar esse fenômeno no caso de Batateiras, descrito acima, e também no caso de Graciosa. Após alguns anos de ociosidade do empreendimento de aquicultura e em um cenário de forte especulação imobiliária relacionada à expansão do turismo no local, José Alberto vendeu parte da estrutura do antigo empreendimento para a empresa Tinharé Comércio de Combustíveis LTDA, cujo responsável é Tarcísio Meirelles, irmão do deputado estadual Hildécio Meirelles (PMDB – BA), ligado a projetos de expansão do turismo na região do Baixo Sul.

⁹ O processo de certificação da Comunidade de Graciosa (01420.000283/2008-77) na Fundação Cultural Palmares é de 18 de fevereiro de 2008.

Por sua vez, a empresa Tinhaé chegou como uma proposta de criação de um estacionamento, de um posto de gasolina e de um restaurante, com o objetivo de equipar a área do cais da Graciosa de modo a intensificar o fluxo turístico no local. Assim como em Batateiras, o empreendimento turístico em Graciosa tem função logística, com objetivo de facilitar o acesso às ilhas de Tinhaé e Boipeba, principais pontos turísticos da região do Baixo Sul.

FIGURA 3 - ROTA PLANEJADA PARA EXPANSÃO DO TURISMO NA ILHA DE TINHARÉ



Fonte: Porto (2016)¹⁰.

Segundo dados do INCRA (2014), o território de Graciosa possui a área com cerca de 1000 hectares. O conflito em questão concentra-se especificamente em uma área costeira, de 10 hectares, próxima ao cais tradicionalmente utilizado pela comunidade. A comunidade vem promovendo diversas estratégias de resistência. Em 08 de abril de 2015, os moradores retomaram a área em que a empresa Tinhaé pretendia construir seu empreendimento e permanecem ocupando a área como uma forma de pressionar o INCRA a dar andamento à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID).

¹⁰ As ilustrações aqui apresentadas, embora estejam publicadas em minha tese de doutorado, são de autoria de Artur Sgambatti Monteiro, amigo e artista ao qual agradeço pela sensibilidade e disponibilidade.

O estudo preliminar elaborado pelo INCRA (2014), indica que os primeiros moradores da localidade onde hoje está a comunidade de Graciosa chegaram à região por volta de 1840, ainda na condição de escravos, para trabalhar na Fazenda Olaria, que possuía um grande engenho para moagem da cana-de-açúcar. Com o passar do tempo, a falência da fazenda e a abolição da escravidão, os negros que por algum tempo ficaram residindo como posseiros na dita propriedade, foram expulsos do local e passaram a ocupar as áreas mais próximas aos manguezais, relegadas pelos grandes proprietários, mas que tiveram um papel importante na formação da comunidade de Graciosa. A possibilidade de acesso ao rio e ao mangue garantia alimentação segura à comunidade em formação, possibilitando a fixação, o uso e o manejo do ecossistema costeiro como uma importante estratégia de reprodução sociocultural. Desde então, os descendentes desse primeiro fluxo de ocupação residem nesta área, às margens do Rio Graciosa (ou Rio do Engenho) e tem na pesca, na mariscagem e no extrativismo seus principais meios de sustento.

O atual conflito, envolvendo os senhores José Alberto Soares e Tarcísio Meirles (e suas respectivas empresas) tem origem muito anterior, em meados da década de 1960, quando um famoso fazendeiro da região, chamado Milton Guimarães, entrou em cena atuando com empréstimos via agiotagem. Milton tomou terras na comunidade como forma de pagamento de dívidas contraídas por moradores de Graciosa. Foi a partir daí que a área com cerca de 10 hectares que margeiam o rio passaram de um estatuto de uso comum, da posse coletiva dos moradores, para a posse privada de uma pessoa externa à comunidade. Há que se ressaltar, como confidenciam os moradores, que Milton Guimarães possuía grande influência nos cartórios de registro de imóveis no município de Taperoá. Isso, certamente, pode ter facilitado a produção de documentos que legitimaram à época o negócio realizado.

Os depoimentos de outros moradores também sugerem que após esse processo, Milton Guimarães não chegou a investir significativamente sobre as terras, que continuaram a ser utilizadas pela comunidade para as práticas de extrativismo, da agricultura de base familiar e comunitária, para o acesso ao rio e também como áreas de lazer. Ocorre que esse cenário sofre acentuada mudança em meados da década de 1990, quando novos movimentos de especulação imobiliária passam a afetar todo o litoral do Baixo Sul.

Relatam os moradores que, a partir de 1992, José Alberto adquiriu, mediante compra, as terras de Milton Guimarães e passou a cercar todo o terreno referente aos 10 hectares, restringindo o acesso dos moradores. É importante mencionar que na área em questão havia três residências, onde moravam famílias que foram

“convencidas” a se retirar. Na maior parte do terreno, ocorreu um processo massivo de desmatamento, suprimindo vegetação nativa, como, por exemplo, o dendê, e também as áreas de cultivo que a comunidade mantinha para seu usufruto, com espécies como o cacau, o cupuaçu, a jaca, o milho, bananas, café, dentre outras. No local havia também um “rodão”, equipamento tradicional que era utilizado pela comunidade para produzir o azeite de dendê.

Após vários anos sem que a comunidade conseguisse reagir, os moradores de Graciosa, assim como aconteceu em Batateiras, passaram a receber apoio e a se articular com a rede de assessoria de Universidades, movimentos e organizações de assessoria. Em 2007, a comunidade entra com o processo junto à Fundação Cultural Palmares para o seu reconhecimento enquanto comunidade quilombola. Contam os moradores que, inicialmente, não se sabia ao certo quais eram os benefícios desse reconhecimento e embora a comunidade não tivesse o costume de se declarar como quilombola, sempre existiu uma memória coletiva que afirmava a descendência das famílias de Graciosa dos ex-escravos, que residiam na Fazenda Olaria. O processo de reconhecimento foi conduzido pela então recém-criada Associação de Remanescentes Quilombolas da Graciosa.

A comunidade passou, aos poucos, a compreender os direitos que possuíam enquanto quilombolas e os moradores começaram a se organizar para garantir os benefícios, particularmente no que diz respeito à defesa e garantia de seu território. Ao mesmo tempo, novos problemas iam surgindo no âmbito da relação entre a comunidade e os empreendimentos que almejavam se instalar no território de Graciosa. No ano de 2010, José Alberto Soares construiu um portão e ampliou as cercas no terreno, restringindo quase que completamente o trânsito da comunidade no manguezal e prejudicando o acesso dos pescadores ao rio e ao seu trabalho diário.

Diante dessas novas investidas, os moradores passaram a tomar atitudes mais drásticas no intuito de reivindicar seus direitos e de denunciar as irregularidades vigentes em seu território. A primeira iniciativa foi a derrubada do portão que havia sido instalado. Após pedidos feitos e não atendidos pelos responsáveis do empreendimento para que o portão fosse retirado, a comunidade retirou o portão por conta própria, restabelecendo os caminhos de passagem e o acesso ao rio. Contam as lideranças que, daí em diante, o clima de tensão aumentou progressivamente. No ano de 2013, a comunidade com apoio das organizações parceiras, já mais politizada e ciente de seus direitos, organizou uma comitiva e foi até Salvador para apresentar testemunho sobre o conflito diretamente no INCRA e na SPU.

As pressões realizadas pela comunidade junto a esses órgãos começaram a surtir efeito. Em outubro de 2014, o INCRA deu entrada no processo para iniciar os trabalhos de elaboração do RTID e, em abril de 2015, a SPU produziu um relatório tendo como objeto a caracterização e regularização da área costeira do território de Graciosa. Contudo, diante da mobilização e organização da comunidade e, particularmente, frente aos avanços na questão do RTID, José Alberto passou a articular novas e rápidas intervenções na localidade.

Em 2014, o empresário passou a lotear a área em questão, segmentando o terreno em áreas menores e repassando para novos empresários, na sua maioria investidores interessados na expansão do turismo na região. É nesse momento que Tarcísio Meirelles entra no caso, ao adquirir a área onde estão instalados os antigos galpões do empreendimento de aquicultura que naufragou. A intenção da Tinharé Comércio de Combustíveis, empresa de Tarcísio, é construir no local um grande estacionamento e um posto de gasolina, além de aparelhar a área com equipamentos de infraestrutura relacionados ao turismo. Segundo depoimento do próprio empresário (registrado durante o trabalho de campo), esses investimentos seriam realizados através do financiamento do Banco do Nordeste: “O Banco do Nordeste já faz parte do projeto. O Banco do Nordeste aceitou a área como garantia, sinal que toda a documentação está extremamente legalizada. O Banco do Nordeste até já depositou uma parte do recurso do projeto”.

A argumentação do suposto proprietário busca, primeiramente, legitimar o empreendimento em função de um aval concedido pelo Banco do Nordeste, como se uma vez garantida tal autorização, fossem anulados todos os problemas a ele relacionados, incluindo as irregularidades relativas à documentação legal da área. Cabe lembrar que o Banco do Nordeste (BNB) é o operador financeiro do PRODETUR, responsável por financiar investimentos em turismo realizados por estados e municípios da região Nordeste. Para além de operar essa política pública, o BNB mantém uma ampla e diversificada carteira de crédito para entes privados que tem como objetivo investir em equipamentos turísticos. Foi com base nesta linha de investimento¹¹ que Tarcísio planejou o empreendimento em Graciosa.

Vemos que o sistema financeiro¹² está inserido de maneira central no arranjo político que organiza e opera o PRODETUR, estimulando a iniciativa privada na expansão dos equipamentos turísticos. Grande parte dos recursos do PRODETUR

¹¹ O site do Banco do Nordeste apresenta em detalhes a descrição desta linha de financiamento para o turismo: <http://www.bnb.gov.br/turismo>

¹² Os recursos do BNB para os investimentos em turismo são provenientes do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

II, no estado da Bahia, foram alocados na ampliação da estrada BA 001, que intensificou enormemente o fluxo turístico na região. O PRODETUR II, cujo horizonte de implantação compreende a segunda metade da década de 2000 e início da atual, mostram que o objetivo deste Programa é prover investimentos estruturais, logísticos e urbanísticos de modo a melhorar a receptividade aos turistas, gerando fatores de atratividade para o investimento privado. Após o estabelecimento infraestrutural, logístico e imagético necessário (o *marketing* é peça central na expansão do turismo), são os empresários do setor que passam a investir na dinamização da atividade turística. É nesse contexto específico em que se insere o caso da comunidade de Graciosa.

Tarcísio é um empresário conhecido na região do Baixo Sul, irmão de Hildécio Meirelles, deputado estadual (PMDB-BA). Hildécio que já foi prefeito do município de Cairu por três gestões (1993-1996, 2005-2008 e 2009-2012), tem declaradamente o turismo como uma de suas principais plataformas políticas para a região e vem através de sua atuação política viabilizando ações e iniciativas para o avanço deste segmento no Baixo Sul. No início de 2015, Hildécio assumiu também a presidência da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo da Assembleia Legislativa da Bahia.

Os investimentos em Graciosa são estratégicos para o crescimento da atividade turística na região, uma vez que possibilitariam um novo ponto de embarque e desembarque para turistas que tem como destino as ilhas de Tinaré e Boipeba (ver Figura 3, acima). Atualmente, o transporte para essas ilhas está concentrado principalmente no cais do município de Valença, situado no centro da cidade e que fica superlotado em épocas de alta temporada. As construções de um novo ponto de embarque no cais de Graciosa, assim como um novo ponto de desembarque no cais de Batateiras, configuram-se como obras que teriam um potencial elevado de dinamização do turismo na região, embora, como vemos, os impactos socioambientais desta expansão sejam enormes.

A questão central é que no planejamento da atividade turística no Baixo Sul não há nenhuma preocupação com as comunidades tradicionais de pescadores e quilombolas. Isso é revelado, também, quando vemos que no âmbito deste planejamento, Graciosa cumpre um caráter estratégico, embora seus moradores sejam ignorados, como afirmou Tarcísio:

Eu comprei essa área e paguei caro por ser uma área estratégica. Levei um ano fazendo projeto, gastando com projeto. Pela localização que eu julgava ser estratégica. Porque eu percebo, olhe ali, quanto carro tem no meio da rua que não está estacionado. Então eu via um anseio das pessoas de ter uma estrutura de desenvolvimento turístico para gerar emprego para fulano, para beltrano. É o empreendedorismo, que eu acho que se a gente não fortalecer neste país

a gente não vai pra frente (Empresário Tarcísio Meirelles, entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Taperoá-BA agosto de 2015).

O empresário tenta legitimar e justificar a necessidade do empreendimento com base em uma suposta demanda da população “anseio das pessoas” e na ideia de que a iniciativa irá gerar emprego e renda para a comunidade (quantos empregos permanentes um estacionamento e um posto de gasolina é capaz de gerar?). E, em segundo lugar, aciona a categoria “empreendedorismo” que, associada à categoria “desenvolvimento”, vem se configurando como um artifício semântico bastante usual no período recente que consagra às obras e aos projetos de intervenção um estatuto dinâmico, indutor de crescimento e que teria, supostamente, o diferencial de se fazer por si só – em que pese o fato de que, como vimos, trata-se de uma obra que depende estritamente de financiamento público.

Ciente dessas novas articulações que planejavam intervenções em seu território, a comunidade organizou, em abril de 2015, uma iniciativa que marcaria de maneira determinante o caso. O depoimento a seguir, concedido por uma liderança da comunidade, ilustra a importância deste episódio:

E a gente diz: chegou a hora do povo acordar. E nós estamos acordando. De primeiro momento a comunidade começou a derrubar as cercas e os portões que cercavam as estradas onde davam acesso às áreas de pesca e aí isso já começou um conflito. No dia 08 de abril de 2015, que é uma data que com certeza vai ficar marcada na mente de todos de Graciosa, nós resolvemos retomar uma área que por direito é nossa. Daí, começam novamente as ameaças. Os que se dizem donos das áreas chegam e começam a passar em frente ao local onde nós estamos. Pessoas com armas e dizendo coisas, vou usar a frase que eles usaram: “você vão ver, o de vocês está chegando” e que eles já sabem quem são as pessoas que estão na frente. E eu digo: sou quilombola, sou de Graciosa e vou defender meu povo seja lá como for! (Liderança Quilombola de Graciosa, entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Valença-BA, agosto de 2015).

Já a fala abaixo é do presidente da Associação de Remanescentes Quilombolas de Graciosa, que argumenta contra o empreendimento, justamente a partir da tradicionalidade de ocupação do território.

Tem que se levar em consideração um processo histórico de fragmentação do território. Essa fragmentação aconteceu abruptamente desde 1935. Há documentação cartorial que prova que toda essa área à direita da rodovia sempre foi área devoluta da União e que os moradores sempre a utilizaram para fins de pesca e mariscagem e sustentação de seu território de sobrevivência. Talvez os proprietários não tenham sabido dessas questões, mas montar aqui um empreendimento dessa natureza, contribui para desagregar ainda mais esse território, sobretudo na perspectiva de colocar aqui um empreendimento do tipo estacionamento ou posto de gasolina, o que é pior ainda. [...] os moradores se articularam em prol disso e conseguiram garantir pelo menos o uso do espaço, que é um espaço de produção da vida e também um espaço de produção simbólica (Membro da Associação Quilombola de Graciosa, Entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Taperoá-BA, agosto de 2015).

De modo complementar, a partir de outro ponto de vista, o depoimento a seguir de uma liderança ligada aos pescadores, também contesta o empreendimento, alegando todas as consequências negativas que o mesmo acarretará para a pesca e mariscagem.

Eu sou pescador, sou nativo. E hoje a gente vem sofrendo o maior descaso justamente nesse rio aí. Então, como é que eu vejo esse estacionamento. Eu conheço o estacionamento que existe aqui em Torrinhas¹³, que fica a 30 km da margem da BA para dentro, estrada ruim de chão e tal. E anda socado. Então, com um estacionamento desses aqui, na margem da BA, porto pra Morro, Boipeba e outros, com certeza vai socar. [...] já morreu pescador aqui em batida de lancha. Nós já perdemos irmãos nossos aqui. Com certeza, com esse estacionamento, esses mangues aí vão ser todos destruídos, porque já está acontecendo isso e a tendência, se aumentar, vai acabar com tudo. Então não basta a gente olhar só a questão do estacionamento. E outra coisa: pescador não precisa de trabalho, de emprego. O pescador já tem seu próprio emprego. (Morador de Graciosa e liderança local do MPP, entrevista concedida para o Trabalho de Campo, Valença-BA agosto de 2015)

O posicionamento deste morador, que é também uma importante liderança da resistência em Graciosa, rebate de maneira precisa o discurso que vincula a expansão do turismo à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. No caso em questão, para além de ser extremamente questionável a argumentação de que o empreendimento (posto de gasolina e estacionamento) geraria empregos para a população local, há ainda um elemento mais grave, que é a destruição do manguezal e a inviabilização da principal fonte de renda dos moradores de Graciosa. Ou seja, para além de não beneficiar a comunidade, o empreendimento implicaria em impactos negativos sobre a pesca e a mariscagem.

Diante do conflito posto, no ano de 2015, os empresários levaram o caso ao judiciário. Após um processo judicial muito tenso, com várias ameaças aos comunitários por parte de representantes dos empresários, em 2017, os advogados de Graciosa conseguiram reverter o quadro e hoje a comunidade retomou o direito a utilizar a área em questão. A Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) cumpriu um papel determinante nesse processo, acionando o Ministério Público Federal para barrar a reintegração de posse autorizada pelo juiz responsável pelo caso. Ao mesmo tempo, foram elaboradas estratégias de divulgação e visibilização pública do conflito, procurando angariar apoio e mobilizar outros parceiros que pudessem colaborar com a luta dos moradores de Graciosa¹⁴.

¹³ Torrinhas também é uma comunidade quilombola localizada no município de Cairu.

¹⁴ Cabe dizer que participei deste processo de divulgação, elaborando materiais escritos e audiovisuais para visibilização do conflito em Graciosa. O principal documento foi um vídeo que está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Fbl5e5y4Lig>. Agradeço imensamente ao amigo Gustavo Veiga pelo trabalho e dedicação na elaboração deste vídeo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois casos que foram aqui apresentados têm desfecho relativamente favorável às comunidades. Mas, isso não quer dizer que as comunidades estão completamente isentas de pressão e que seus territórios estejam plenamente garantidos. De um lado, ainda é preciso paciência e muita dedicação para seguir forçando o INCRA e a SPU a caminharem com o processo administrativo de elaboração dos estudos que compõem o RTID. Cabe ainda destacar o contexto político nacional absolutamente desfavorável, com a eleição do atual presidente, que já demonstrou publicamente que é contrário a política de demarcação de terras quilombolas.

De qualquer forma, é importante destacar aqui uma questão central que foi determinante para a manutenção dos territórios e dos direitos dessas comunidades. Refiro-me ao fato de que atualmente Batateiras e Graciosa estão amparadas pela assessoria jurídica da AATR, da UNEB e da UFBA e pelo apoio político e organizacional do CPP e do MPP, movimentos aos quais eles se encontram vinculados de forma orgânica.

A gente teve o apoio de várias pessoas, de vários movimentos. Tivemos a visita aqui dos juízes¹⁵, de alguns advogados que tem nos apoiado nessa luta. E eu digo ao povo de Graciosa principalmente: vocês estão vendo isso aqui acontecer. Vocês estão vivenciando cada momento dentro daquela comunidade. Vocês sabem que nós não estamos tomando nada de ninguém. Nós estamos retomando o que é nosso, que eles tomaram. [...] nós sabemos que nossa luta vai ser grande e que tá apenas no começo. Mas a gente não vai desistir. [...] isso fortalece não só a comunidade de Graciosa. Fortalece Batateiras, fortalece Cova da Onça e outras comunidades que estão na mesma luta que a nossa. (Moradora e liderança de Graciosa, entrevista concedida para o Trabalho de campo, Valença-BA, maio de 2015)

A fala, acima, é de uma liderança de Graciosa que vem se dedicando a defender os direitos quilombolas não só de sua comunidade, mas também de outras localizadas em áreas de expansão do turismo. O fato é que, acoplado ao discurso do desenvolvimento (Escobar, 1995), o avanço dos empreendimentos turísticos ocorre quase sempre envolto de uma narrativa que acaba por ludibriar e cooptar as comunidades, que tenta “conduzir” os moradores a um processo de aceitação do turismo como realidade e esperança. As pessoas são, por vezes, envolvidas nas promessas de emprego, renda e desenvolvimento e não conseguem contribuir para uma percepção mais crítica acerca dos processos e do contexto em que estão inseridas. No Baixo Sul, a atividade turística apresenta uma conotação salvacionista,

¹⁵ Aqui ele se refere aos juízes da Associação de Juízes pela Democracia (AJD), que participaram do seminário de Valença, e não ao juiz que decidiu o caso em favor dos empresários, obviamente.

impondo-se como representação atual de progresso e de modernidade. É a nova “vocação” da região, também propalada pelo Estado e pelas políticas públicas. Com certeza, se contrapor ao turismo não   tarefa simples.

Os efeitos perversos e os impactos socioambientais do turismo, assim como da maioria dos grandes empreendimentos, recaem quase sempre sobre a parcela da popula o mais desfavorecida (Acsehrad, 2013), como   evidente no caso das comunidades de Graciosa e Batateiras, abandonadas historicamente pelo poder público. Nos dois casos estudados, a percep o do hiato existente entre o discurso do turismo e a sua prática efetiva, se deu pela já mencionada presença de movimentos de organiza o política e pela violência da expropria o que acometeu essas comunidades.   esse o modelo hegem nico vigente: o turismo fomentado na região segue os mesmos parâmetros observados em quase todo litoral nordestino, produzindo elitiza o e consumo do espaço, excluindo e expropriando popula es tradicionais do uso e da permanência em seus territórios (Cruz, 2006; Cardel, 2015).

Portanto,   importante reforçar aqui que Batateiras e Graciosa não se tratam de uns casos isolados. A pressão por terras no Baixo Sul vem aumentando exponencialmente, o que está diretamente relacionado ao avanço do turismo na região e também a outros processos de concentra o fundi ria¹⁶. Como vimos, os anos 1990 foram marcados por importantes episódios de redistribui o de terras, principalmente pela via da reforma agrária, que se organizou na região a partir das possibilidades abertas pela crise do cacau, pela falência das grandes propriedades e que culminou com a transforma o dessas áreas em assentamentos rurais.

Segundo os dados do Censo Agropecuário, em 1985, as propriedades com mais de 1000 hectares representavam 39,4% do território, decrescendo bruscamente, em 1996, para 15,25% e chegando a 8,6%, em 2006, o que evidencia a importante contribui o da reforma agrária no processo de desconcentra o fundiária. Da mesma maneira, há que se ressaltar ainda uma diminui o expressiva no número de propriedades com mais de 1000 hectares, que em 1985 totalizavam 1.151 estabelecimentos e, em 2006, correspondiam a apenas 30 propriedades.

Entretanto, apesar dos números indicarem um cenário interessante do ponto de vista da desconcentra o fundiária no Baixo Sul como um todo, em algumas localidades, especialmente aquelas onde a pressão do turismo   mais forte, há um

¹⁶ A minera o   outra atividade que vem se organizando lentamente no Baixo Sul, em particular no município de Camamu, e que se configura como uma enorme ameaça para as comunidades rurais, em especial àquelas localizadas nos vales e áreas interioranas, mas também em todo território que pode ser diretamente afetado caso essa atividade evolua e ganhe propor es suntuosas.

novo processo de reconcentração de terras. No município de Cairu, por exemplo, temos um aumento significativo de propriedades com mais de 1000 hectares entre 1996 e 2006 e vemos que 93,9% das áreas estão concentradas em apenas 22 grandes propriedades.

Em Camamu, por sua vez, já é possível observar uma reversão do processo de desconcentração fundiária que havia alcançado resultados importantes nas décadas anteriores. De 1981 até 2003, foram estabelecidos 11 projetos de assentamentos rurais via reforma agrária no município, o que corresponde a uma área de 11.822 hectares, onde foram assentadas mais de 700 famílias. A reforma agrária no Baixo Sul teve seu ápice em meados dos anos 1990, perdendo força consideravelmente no início dos anos 2000. Nesse mesmo período, especialmente entre 1996 e 2006, há um recrudescimento da concentração fundiária em Camamu. Se em 1996, existiam 2.722 hectares em estabelecimentos com mais de 1000 hectares, concentrados em apenas duas propriedades, em 2006 vemos um aumento significativo, com 16.331 hectares, distribuídos em apenas quatro propriedades. É possível afirmar que essa reconcentração é reflexo direto da especulação imobiliária desencadeada pelo avanço do turismo, especialmente no trecho entre Camamu e Itacaré, altamente valorizado após a abertura do trecho da BA 001, que conectou os dois municípios e facilitou o fluxo de turistas na região.

Em suma, vemos que os episódios de conflito (na maioria das vezes, envolvendo comunidades tradicionais) hoje verificados no Baixo Sul estão intimamente relacionados a esse processo de concentração fundiária desencadeado pelo turismo. Mesmo em áreas onde a reforma agrária teve peso importante nas décadas anteriores, assistimos hoje uma nova corrida por terras, não mais para as grandes fazendas de produção agrícola, como foi com o cultivo do cacau, mas sim como reflexo da especulação gerada pela chegada e pelo avanço do turismo na região.

BIBLIOGRAFIA

- Acselrad, H. (2013). Desigualdade ambiental, economia e política. *Astrolabio*, (11), pp. 105-123.
- Amado, J. (1933). *Cacau*. Rio de Janeiro: Ariel Editora.
- Araujo Pereira, C. (2012). Da EMBRATUR à Política Nacional de Turismo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, (31), pp. 146-163.
- Araújo, E. (2011). As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. *Sociedade e Território*, (23), pp. 57-73.
- Barickman, B (2003). *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Cardel, L. (2015). Prospecção sobre Espacialidade e Territorialidade em comunidades do Litoral Norte Baiano: transformações fundiárias e reconfigurações das atividades agrícolas e extrativistas nas vivências cotidianas (1970-2014). Em *17º Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociologia em Diálogos Transnacionais* (pp. 5-18). Porto Alegre: UFRGS-SBS.
- Coriolano, L. N. (2006). *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Anablumme.
- Cruz, R. C. (2006). Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. Em A.I. Geraiges Lemos, M. Arroyo, & M.L. Silveira (org.), *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 337-350). Buenos Aires: CLACSO.
- Cruz, V. C. (2013). Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? Em H. Acsegrad. (org.), *Cartografia social, terra e território* (pp. 119-176). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- De Vore, J. (2014). *Cultivating Hope: Struggles for Land, Equality, and Recognition in the Cacao Lands of Southern Bahia, Brazil* (tese de doutorado). University of Michigan.
- Escobar, A. (1995). *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Esteves, U. (2008). Mariscagem em Batateira: cognição, classificação e apropriação de recursos ambientais. Em *Dilemas da (Des)Igualdade na Diversidade, Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/uliana%20esteves.pdf.
- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma.
- Porto, J. R. S. P. (2016). *Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento* (tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Sanches, D. C. (2010). *Avaliação de sustentabilidade pela metodologia Mesmis: um estudo de caso na comunidade de Batateira-BA*. Trabalho de Conclusão de Curso em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Santos, T. (2012). *Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola de Batateira*. Documento Interno. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Schmitt, C. J. (2015). Weaving the institutional market: the politics of food production in land reform settlements in Brazil. Em: P. Milone, F. Ventura, Y. Jingzhong (org.), *Constructing a New Framework for Rural Development* (pp. 255-299). Bingley: Emerald.
- Secretaria do Patrimônio da União. (2015). *Relatório Técnico de Vistoria nº 02/2015, Comunidade de Graciosa*. Documento Impresso.
- Silva, E. R. (2013). *Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)* (dissertação de mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Shore, C; Wright, S., Però, D. (2011). *Policy Worlds. Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. New York: Berghan Books.
- Souza Lima, A. C. (2008). Política(s) Pública(s). Em: O. Pinho, L. Sansone (org.), *Raça: Perspectivas Antropológicas* (pp. 141-193). Salvador: ABA / EDUFBA.